



4º CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

10 a 13
novembro

Plataforma EAD: 10 a 13 de novembro de 2020
Carga Horária: 24 horas/atividade
Horário: 9h às 17h (com intervalo para almoço)

Apresentação

Nos dias 10 a 13 de novembro de 2020, em Brasília, a Elo Consultoria realizará o 4º CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS, com palestras, oficinas e debates abordando sobre compras e contratações governamentais.

O evento, que reunirá especialistas e agentes públicos, terá como principal objetivo temas atuais e inovações observadas no sistema brasileiro de licitações, contratos e compras governamentais.

Para tais desafios, a Elo Consultoria convidou os mais renomados especialistas no assunto para que apresentem e discutam temas de vanguarda, importantes para a formação continuada do servidor público.

Nesta quarta edição do evento, já consolidado como o maior congresso de licitações do Brasil, teremos como tema central as diversas alterações normativas causadas pela pandemia do Covid-19 e as perspectivas para melhorar a eficiência das contratações governamentais.

É hora de refletir, de olhar para trás, de assimilar as lições apreendidas e, também, de aproveitar os avanços que tivemos na legislação e de colocar as contratações públicas de volta aos trilhos com mais eficiência e conformidade.

Sabemos da nossa parcela e responsabilidade na formação de servidores, gestores e líderes públicos, na difusão do conhecimento, na importância da troca de experiências, no network, por isso convidamos você a participar dessa grande e rica oportunidade de reciclagem e qualificação com as maiores autoridades e referências brasileiras em licitações públicas.

Público Alvo

- Gestores e fiscais de contratos
- Membros de comissões de licitação
- Procuradores e advogados públicos
- Pregoeiros
- Comissões de apoio ao pregoeiro
- Advogados
- Auditores e servidores de órgãos de controle interno e externo
- Gestores públicos em geral
- Servidores em geral que atuam nos processos de licitações pública

- Ordenadores de despesa
- Auditores e servidores dos Tribunais de Contas e do Controle Interno
- Membros dos Ministérios Públicos e Magistrados
- Servidores dos órgãos jurídicos
- Fornecedores e prestadores de serviço
- Prefeitos e servidores das Prefeituras Municipais
- Demais profissionais interessados no assunto

Metodologia

O Congresso será realizado à distância na modalidade online tratando dos temas relacionados na programação deste evento. Nesse sentido, serão realizados exposições e debates pelos palestrantes, com disponibilização de apostila e outros materiais de apoio para download na plataforma do evento.

Para participar do Congresso o aluno deverá contar com um microcomputador, tablet ou aparelho celular com acesso à internet de boa qualidade, para que possa assistir à transmissão do vídeo online dos palestrantes e debatedores, bem como visualizar os slides da apresentação.

As palestras serão gravadas e permanecerão disponíveis por 36 horas para posterior consulta dos participantes do Congresso.

Objetivos

- Apresentar aos participantes as melhores técnicas e práticas para o planejamento da contratação pública.
- Propiciar uma ampla interação com os palestrantes.
- Expor ideias inovadoras e relevantes para racionalizar as contratações governamentais.
- Capacitar plenamente os participantes em relação aos temas que serão abordados pelos professores
- Conferir aos participantes o instrumental básico e necessário para obter a melhor relação custo x benefício em suas contratações
- Oferecer aos participantes as informações técnicas fundamentais para processar licitações e controlar a execução dos contratos firmados
- Estimular boas práticas no plano das contratações públicas, de modo a evitar erros e ilegalidades que podem levar à responsabilização civil, penal, administrativa e/ou por improbidade.

DIA 10 de Novembro

Das 9h às 12h – Palestra 1

As principais inovações normativas e jurisprudenciais de 2020 e seus impactos nas contratações governamentais

- O regime de contratações extraordinário instituído pela Lei 13979/2020
- Os impactos nos certames licitatórios trazidos diversas medidas provisórias editadas pelo governo
- A Importância da Instrução Normativa Seges 40/2020
- Julgados mais relevantes do TCU, STJ e STF relacionados às licitações públicas
- O que esperar para 2021?

Palestrante: Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Das 12h às 14h – Intervalo de Almoço

Das 14h às 15h15 – Pocket Training ou Pocket Curso 1

A análise de certames licitatórios com o uso de robôs

Experiências do TCU:

- Mônica (Monitoramento Integrado para o Controle de Aquisições)
- Adele (Análise de Disputa em Licitações Eletrônicas)
- Sofia (Sistema de Orientação sobre Fatos e Indícios para o Auditor)
- Alice (Análise de Licitações e Editais)
- SÃO (O Sistema de análise de orçamento de obras)

Palestrante: Benjamin Zymler, Ministro do TCU

Das 15h15 às 15h30 – Intervalo

Das 15h30 às 17h – Pocket Training ou Pocket Curso 2

A flexibilização nas regras de aplicação de sanções contratuais em tempos de pandemia

- Impactos diversos causados pela pandemia nos contratos administrativos
- Descumprimento do contrato administrativo no contexto da pandemia do Covid-19
- As novidades previstas nas normas editadas para o combate da pandemia, em especial a Lei 13.979/2020, Medida Provisória 966 e Instrução Normativa 43/2020 com relação às sanções administrativas

- Em que situações a autoridade administrativa pode atenuar ou deixar de aplicar sanções nos termos dos arts. 20 e 22 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro
- Disposições da IN 43/2020
- Questões relativas à suspensão dos prazos processuais
- A possibilidade de contratação de empresa inidônea ou suspensão prevista na Lei 13.979/2020

Palestrante: Karine Lilian de Sousa Costa Machado

DIA 11 de Novembro

Das 9h às 12h – Palestra 2

A gestão de contratos de serviços terceirizados durante e após a pandemia do Covid-19

- Normas publicadas para o enfrentamento do Covid com impacto na gestão e na fiscalização dos contratos de terceirização;
- As possibilidades de alteração qualitativa ou quantitativa do objeto;
- Diferimento no recolhimento de tributos e impacto na gestão e na fiscalização dos contratos de terceirização
- Suspensão dos contratos.
- Que consequências a interrupção temporária das atividades do órgão ou entidade contratante pode ter na execução do contrato de prestação de serviços?
- Com muitos órgãos fechados e com servidores em home-office, houve redução da necessidade de muitos serviços terceirizados. O que fazer com esses contratos? Ainda é possível suspender o contrato e manter o pagamento, pensando na economia e para evitar o desemprego?
- A Administração contratante pode impor à empresa prestadora de serviços a adoção das medidas trabalhistas de suspensão de contratos de trabalho?

Palestrante: Erivan Pereira de Franca

Das 12h às 14h – Intervalo de Almoço

Das 14h às 17h – Debate

O pregão eletrônico: Quais os problemas ainda persistem depois de um ano do Decreto 10.024/2019

Palestrante: Victor Amorim e Evaldo Araújo Ramos

DIA 12 de Novembro

Das 9h às 12h – Palestra 3

Boas Práticas para Realização da Pesquisa de Mercado

- Melhores práticas na prospecção e análise de mercado das alternativas possíveis de soluções
- Disposições da Instrução Normativa 5/2014
- Possibilidade de realização de pesquisas por telefone
- Cautelas com as pesquisas realizadas no Portal de Compras Governamentais e na Internet
- Dicas para obter maior efetividade nas respostas obtidas por meio de pesquisa direta com fornecedores
- Qual o prazo máximo da pesquisa de mercado? Tal prazo é peremptório?
- Como homogeneizar as diferenças entre as datas-bases das diferentes referências pesquisadas?
- A estimativa de custo da contratação pode ser atualizada utilizando índices específicos para evitar que fique defasada?
- Como realizar pesquisa de mercado de itens/serviços que serão adquiridos por lote? Devo adotar as menores cotações de cada item, ainda que provenientes de vários fornecedores distintos? Ou devo agrupar as cotações por lotes provenientes do mesmo fornecedor, ainda que o custo global da contratação seja superior à soma dos menores valores por item obtidos na pesquisa?
- Critérios estatísticos para a definição do valor de referência: Quando utilizar o menor preço pesquisado, a média aritmética ou mediana?
- É válida a utilização de cotações endereçadas a outros órgãos/entidades/empresas que não sejam a entidade promotora da licitação?
- Em que situações a legislação para enfrentamento da pandemia está admitindo a dispensa da pesquisa de mercado ou a contratação do objeto por valor acima do orçamento estimativo? Quais as cautelas a serem observadas?
- Jurisprudência do TCU acerca do tema

Palestrante: André Pachioni Baeta

Das 12h às 14h – Intervalo de Almoço

Das 14h às 17h – Palestra 4

A elaboração do estudo técnico preliminar da contratação segundo a IN 40/2020

- A ponte entre o plano anual de contratações e os estudos técnicos preliminares (ETP)
- O macroplanejamento da contratação, incluindo a pesquisa de mercado, o estudo técnico preliminar e o gerenciamento de riscos.
- A IN nº 40/2020 se aplica a quais tipos de objeto? A elaboração do ETP é sempre obrigatória?
- Quem é responsável pela elaboração do ETP?
- Conteúdo mínimo do ETP
- Apresentação de modelos e estudos de casos de ETP

Palestrante: Renato Fenili



DIA 13 de Novembro

Das 9h às 12h – Palestra 5

O credenciamento como forma de contratação pública

- O credenciamento como hipótese de inexigibilidade de licitação
- A base legal para o uso do credenciamento
- Previsão do credenciamento com instrumento auxiliar na futura lei de licitações e contrato
- Requisitos e pressupostos para o uso do credenciamento
- Publicidade do credenciamento por instrumento de chamamento público que defina o serviço e os critérios de habilitação
- Necessidade de o objeto ter o preço fixado pela administração
- Tratamento isonômico entre os credenciados
- É necessária a abertura de processo administrativo para o descredenciamento de interessado?
- Como definir um critério objetivo de distribuição dos contratos?
- No credenciamento é necessária a ratificação da autoridade superior prevista no art. 26 da Lei nº 8.666/1993? O instrumento do contrato é obrigatório?
- Estudos de casos diversos sobre o uso de credenciamento tratados pela jurisprudência do TCU

Palestrante: André Luís de Carvalho, Ministro do TCU

Das 12h às 14h – Intervalo de Almoço

Das 14h às 15h15 – **Pocket Training 3**

Como o regime jurídico das empresas estatais inspirou as contratações públicas em tempos pandemia?

- Contexto de publicação da Lei nº 13.303/2016 x Contexto de Publicação da Lei nº 13.979/2020
- Da aplicação das normas temporárias
- A mitigação das certidões de regularidade
- As alterações contratuais
- O pagamento antecipado
- O limite da dispensa de licitação em razão do valor
- A modelagem eletrônica como padrão para a realização de licitações: o normal da Lei nº 13.303/2016

Palestrante: Renila Bragagnolli

Das 15h15 às 15h30 – Intervalo

Das 15h30 às 17h – Palestra de Encerramento

Pavimentando o Futuro do Brasil

Palestrante: Tarcísio Gomes de Freitas, Ministro da Infraestrutura



JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES

Mestre em Direito Público, professor de Direito Administrativo e membro vitalício da Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura como acadêmico efetivo imortal, em ciências jurídicas. Participou de mais de 1.000 eventos como palestrante, bem como de 10 obras coletivas e é autor de 12 livros e organizações de coletâneas de leis, destacando-se: Vade-Mécum de Licitações e Contratos.



BENJAMIN ZYMLER, Ministro do TCU

Ministro do Tribunal de Contas da União desde 2001, onde ingressou no cargo de Ministro-Substituto em 1998, por meio de concurso público de provas e títulos. Ocupou o cargo de Presidente da Corte de Contas, no Biênio 2011/2012. Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília – UnB, com vasta experiência em Direito Administrativo e Direito Constitucional. Graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia – IME e em Direito pela Universidade de Brasília – UnB. Ministrou cursos e palestras em diversos institutos, tais como Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios, Escola da Magistratura do Trabalho e Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Professor do Centro Universitário de Brasília – UniCeub. É autor das obras “Direito Administrativo e Controle”, “O Controle Externo das Concessões de Serviços Públicos e das Parcerias Público-Privadas”, “Direito Administrativo”, “Política & Direito: uma visão autopoietica”, “Processo Administrativo no Tribunal de Contas da União” e “Regime Diferenciado de Contratação–RDC”, “Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013 – Uma Visão do Controle Externo”



KARINE LILIAN DE SOUSA COSTA MACHADO

MBA em Gestão da Administração Pública, pelo Instituto de Cooperação e Assistência Técnica – ICAT. Curso Superior de Direito, pelo Centro Universitário de Brasília – Ceub (Brasília/DF). Participou do Programa de Formação de Analista de Controle Externo do Tribunal de Contas da União no Instituto Serzedello Corrêa do TCU, com duração de 264 horas (Brasília/DF). MAGISTÉRIO: Conteudista do curso “Prestação de Contas: Dever do Gestor, Direito da Sociedade”, promovido pelo TCU. Instrutora do Instituto Serzedello Correa do TCU. Palestrante e conferencista de cursos nas áreas de licitações e contratos, convênios, processo no TCU e tomada de contas especial. PUBLICAÇÕES: Co-autora do livro Licitações & Contratos – Orientações Básicas, editado pelo Tribunal de Contas da União. Autora de artigo publicado na Revista do TCU.



ERIVAN PEREIRA DE FRANCA

Advogado (OAB/DF 18.166). Servidor do Tribunal de Contas da União desde 1997, onde exerceu as funções de Diretor de Apoio à Fiscalização de Contratos do TCU em Brasília/DF, unidade administrativa então responsável pela orientação aos fiscais e gestores de contratos no âmbito do TCU, e Chefe do Serviço de Apoio à Fiscalização de Contratos e do Serviço de Instrução de Repactuações e Sanções Contratuais, ambos do TCU em Brasília/DF. É instrutor do Instituto Serzedello Corrêa (Escola Superior do Tribunal de Contas da União), do Instituto dos Magistrados do Distrito Federal, da Escola de Administração Fazendária (ESAF) e do Instituto Brasiliense de Direito Público (IDP). É coautor do livro “Terceirização: Legislação, Doutrina e Jurisprudência” (Editora Fórum, 2017), coordenado pelo Professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. É instrutor em cursos presenciais e à distância nas áreas de planejamento, gestão e fiscalização de contratos administrativos, em âmbito nacional.



VICTOR AMORIM

Doutorando em Constituição, Direito e Estado pela UnB. Doutorando em Direito Administrativo pelo UniCEUB. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP. Coordenador do Curso de Pós-graduação em Licitações e Contratos Administrativos do IGD. Professor de pós-graduação do ILB, IDP, IGD e CERS. Por mais de 13 anos, atuou como Pregoeiro no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (2007-2010) e no Senado Federal (2013-2020). Foi Assessor Técnico da Comissão Especial de Modernização da Lei de Licitações, constituída pelo Ato do Presidente do Senado Federal nº 19/2013, responsável pela elaboração do PLS nº 559/2013 (2013-2016). Membro da Comissão Permanente de Minutas-Padrão de Editais de Licitação do Senado Federal (2015-2020). Membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Advogado e Consultor Jurídico. Autor das obras “Licitações e Contratos Administrativos: Teoria e Jurisprudência” (Editora do Senado Federal) e “Pregão Eletrônico: comentários ao Decreto Federal nº 10.024/2019” (Editora Fórum).



EVALDO ARAÚJO RAMOS

Auditor do Tribunal de Contas da União desde 2006, atuando sempre no setor de licitações, onde exerce a função de Diretor de Licitações do TCU. Atualmente, desempenha, dentre outras atividades, as funções de pregoeiro oficial, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação. É formado em direito e administração de empresas. Advogado, militante nas áreas cível, previdenciária e administrativa. Professor de cursos preparatórios para concursos em Brasília, na área de direito administrativo. É professor da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, no curso de Formação de Pregoeiro. Professor do Instituto Serzedello Corrêa (unidade do TCU responsável pela capacitação de servidores públicos), onde ministra cursos para turmas de técnicos de controle externo. Atua também como conteudista para cursos de formação e aperfeiçoamento de pregoeiros.





ANDRÉ PACHIONI BAETA

André Pachioni Baeta é engenheiro graduado pela Universidade de Brasília. Desde 2004, exerce o cargo de Auditor Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União, atuando na fiscalização e controle de obras públicas. Participou, como integrante da equipe de auditoria ou como supervisor da fiscalização, de diversas auditorias de obras públicas.

Ocupou por três anos o cargo de direção da divisão encarregada da gestão do conhecimento do TCU em auditoria de obras, bem como do desenvolvimento de métodos e procedimentos relativos ao tema. Área também incumbida de auditar os sistemas referenciais de preços da Administração Pública Federal. Dentre outros trabalhos, foi responsável pela elaboração do Roteiro de Auditoria de Obras Públicas do TCU e pela Cartilha “Orientação para Elaboração de Planilhas Orçamentárias de Obras Públicas” do TCU.

Atualmente, exerce a função de Assessor em Gabinete de Ministro do TCU.

É autor dos livros “Orçamento e Controle de Preços de Obras Públicas” e “Regime Diferenciado de Contratações Públicas – Aplicado às Licitações e Contratos de Obras Públicas”, publicados pela Editora Pini.

Também é conferencista em diversos eventos e instrutor da ESAF, do Instituto Serzedello Corrêa – TCU, do Conselho Nacional de Justiça e de outras empresas, onde ministra cursos sobre RDC, licitação e fiscalização de contratos, auditoria e orçamentação de obras públicas.

Foi eleito presidente do Conselho Deliberativo do Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – Ibraop para os biênios 2013/2014 e 2015/2016. Ainda no âmbito do Ibraop, coordenou a elaboração das Orientações Técnicas OT-IBR 004/2012 (Precisão do Orçamento de Obras Públicas) e OT-IBR 005/2012 (Apuração do Sobrepreço e Superfaturamento em Obras Públicas).



RENATO FENILI

Secretário-Adjunto de Gestão do Ministério da Economia Ex-diretor de compras da Câmara dos Deputados; Idealizador do Laboratório de Inovações em Compras Públicas (Lab-Comp), da Câmara dos Deputados, o primeiro do gênero na América Latina; Gerente da área temática de Licitações Sustentáveis, na Câmara dos Deputados; Pós-doutorando em Administração, em pesquisa que investiga as compras e contratações públicas como preditoras dos objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU; Mestre e Doutor em Administração pela Universidade de Brasília – UNB; Pós-graduado (especialização) em Gestão de Materiais e Patrimônio; Colaborador junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP); Palestrante da Escola Nacional de Administração Pública (ENAP), desde 2013; Autor das obras Governança em Aquisições Públicas: teoria e prática à luz da realidade sociológica (Impetus, 2018), Boas Práticas Administrativas em Compras e Contratações Públicas (Impetus, 2015) e Gestão de Materiais (ENAP Didáticos, 2015); Professor de Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais, Administração Geral e Pública e Licitações e Contratos Administrativos; Docente no Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados; Docente em cursos de Pós-Graduação no Instituto de Gestão, Economia e Políticas Públicas; Pesquisador, vinculado à Universidade de Brasília, nas temáticas inovação, cultura, práticas sociais e desempenho; Ex-oficial da Marinha do



ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO, Ministro do TCU

Ministro-Substituto do Tribunal de Contas da União, desde 2008. Analista de Controle Externo do TCU. Mestrando em Direito Econômico, Financeiro e Tributário, em regime especial, pela Universidade Católica de Brasília. Bacharelado em Direito pelo Centro Universitário Euro-americano, Brasília/DF: 2005. Mestrado em Aplicações Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (pós-graduação stricto sensu), Rio de Janeiro – RJ: 1993. Bacharelado, como Oficial do Exército, pela Academia Militar das Agulhas Negras, Resende/RJ: 1986. É Capitão do Exército, na reserva, tendo sido nomeado Comandante da 14ª Companhia de Comunicações Mecanizada (Campo Grande/MS), em 1999.



RENILA BRAGAGNOLLI

Advogada da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf. Chefe da Unidade de Assuntos Administrativos (Consultivo) da Assessoria Jurídica. Mestranda em Direito Administrativo e Administração Pública pela Universidade de Buenos Aires/UBA. Especialização em Políticas Públicas, Gestão e Controle da Administração pelo Instituto Brasileiro de Direito Público (IDP/DF). Autora do Livro “O controle administrativo das empresas estatais: do Decreto-lei nº 200/67 à Lei nº 13.303/16” (Editora Letramento/Casa do Direito, 2020) e do Livro “Lei n.º 13.303/2016: reflexões pontuais sobre a lei das estatais” (Editora JML, 2019). Autora de artigos jurídicos. Professora e palestrante. Idealizadora do perfil @advocaciaestatal no Instagram, onde publica periodicamente conteúdo envolvendo especialmente Lei das Estatais, Licitações e Contratos.



TARCÍSIO GOMES DE FREITAS, Ministro da Infraestrutura

Brasileiro, natural do Rio de Janeiro-RJ, 26 anos de experiência no serviço público federal. Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados. Experiência na gestão de projetos de grande porte nas áreas de engenharia, concessões, PPPs e privatizações.

Investimento

R\$ 2.100,00
(Dois mil e cem reais)

BENEFÍCIOS:

- Material de apoio personalizado (apostila em arquivo digital e material complementar disponível para download)
- Certificado de participação
- Uma assinatura exclusiva do Informativo Diário – Elo Consultoria
- Plataforma interativa – Zoom (o aluno poderá esclarecer suas dúvidas através do chat, com perguntas escritas, ou ainda com participação ao vivo)
- O link do curso ficará disponível pelo período de 48h após o término do curso.

A ELO CONSULTORIA reserva-se ao direito de alterar a programação divulgada, bem como os palestrantes, sem aviso prévio, por motivos de ordem superior.

Formas de pagamento

O pagamento poderá ser efetuado via Nota de Empenho ou depósito em conta corrente, em favor da Elo Consultoria Empresarial e Produção de Eventos Ltda.

Banco do Brasil

Agência: 0452-9
Conta Corrente: 201.064-X

BRB (Banco Regional de Brasília)

Agência: 0209
Conta Corrente: 600.202-2

Caixa Econômica Federal

Agência: 2458
OP: 003
Conta Corrente: 03457-7
CNPJ: 30.965.048/0001-03

Bradesco

Agência: 01526-1
Conta Corrente: 30300-3

Informações

BRASÍLIA - DF

Espaço de Eventos do Metropolitan Flat
SHN Quadra 2 Bloco H – Sobreloja
CEP: 70702-905
CNPJ: 00.714.403/0001-00
Inscrição Estadual - 07.353.404/001-85
Telefone: (61) 3327.1142 / 3328.1390
E-mail: elo@eloconsultoria.com